

Notícias de notícias: *Notícias do Planalto*, memória e autoridade jornalística*

Afonso de Albuquerque
Rafael Fortes Soares**

“O jornalismo costuma registrar as turbulências que ocorrem em seu redor, mas não as que se passam dentro dele, no seu interior. É raro olhar para o próprio rabo, como acontece agora em Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor, de Mario Sergio Conti. O que vou fazer não se faz: falar de um livro antes de terminar sua leitura. Mas não resisto à tentação de dividir com vocês as primeiras impressões dessa leitura inacabada.

Foi o assunto preferido dos jornalistas essa semana: não se falou de outra coisa nas conversas, nos telefonemas, nos e-mails, nos bares: ‘você viu fulano? que coisa, hein!’, ‘já chegou na parte do suborno?’. Talvez não seja exagerado dizer que algumas redações ficaram em estado de choque com certas revelações. Uma febril atividade, divertimento nervoso, foi consultar as quase mil nomes do índice onomástico para ver os desempenhos, como cada um se sai nas 719 páginas dessa espécie de CPI da imprensa.” (Zuenir Ventura. “A nossa vez”, O Globo, 27/11/1999)

“Jornalistas erram muito. Terão errado de maneira imperdoável caso ignorem ou subestimem Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor, de Mario Sergio Conti.” (Luiz Costa Pinto, “Luz nos porões”, Época, 28/11/1999)

* Recebido em outubro de 2003, submetido ao Colégio Editorial e logo indicado à publicação.

** Afonso de Albuquerque é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Rafael Fortes Soares é aluno do Mestrado do mesmo Programa. Os autores agradecem a ajuda da professora Ana Paula Goulart Ribeiro.

Introdução

Publicado em novembro de 1999 pela editora Companhia das Letras, *Notícias do Planalto*, de Mario Sergio Conti, tornou-se um fenômeno editorial imediato. Uma análise da atuação da imprensa durante a ascensão e queda do presidente Fernando Collor de Mello, o livro ficou dez semanas na lista dos mais vendidos da revista *Veja*¹, sendo três delas em primeiro lugar. Na lista da revista *Época*² foram quatro meses entre os mais vendidos, três deles no topo. A edição de fim de ano da mesma revista considerou o livro “um dos grandes sucessos do ano, já se aproximando dos 50 mil exemplares vendidos”³. Tais cifras, porém, não bastam para resumir a importância do livro: *Notícias do Planalto* teve um impacto particularmente importante junto à comunidade jornalística, tornando-se um assunto obrigatório a ponto de justificar a violação de regras básicas da crítica literária – comentar leituras inacabadas, por exemplo.

Esse impacto não ocorreu apenas por se tratar de um grande lançamento editorial, uma longa obra, publicada por uma importante editora, sobre um tema recente de enorme impacto na vida política nacional. Acreditamos que o livro foi tão comentado, analisado, desaprovado e elogiado por jornalistas exatamente por causa da comunidade especializada de que trata: os próprios jornalistas. Afinal de contas, *Notícias do Planalto* é um livro sobre as relações entre jornalismo (e, por extensão, jornalistas) e política. Foi escrito por um importante jornalista, usando métodos próximos aos do jornalismo. Fala de jornalistas e das relações que eles estabelecem entre seus pares, com seus chefes, com os donos dos meios de comunicação em que trabalham, com políticos poderosos e com demais personagens do mundo da política.

O objetivo deste artigo é analisar como *Notícias do Planalto* se constituiu como um referencial fundamental do processo de cons-

¹ Semanas não-consecutivas, entre 26/01/2000 e 10/06/2000.

² Entre dezembro de 1999 e março de 2000.

³ *Época*, 27/12/99, p. 74.

trução da memória do jornalismo brasileiro e do debate acerca da autoridade jornalística e seus limites. O primeiro aspecto refere-se ao modo como os jornalistas se apropriaram do passado de modo a constituir um discurso sobre o presente das relações entre imprensa e política. O segundo remete às estratégias de afirmação de autoridade empregadas neste processo. Dois tipos básicos de estratégia são utilizados: 1) estratégias de convergência, através das quais os jornalistas buscam se legitimar como uma comunidade interpretativa autorizada, em oposição a outras comunidades interpretativas existentes; 2) estratégias de confronto, que situam em lados opostos diferentes setores da comunidade jornalística.

O *corpus* da análise é constituído pelo conjunto de comentários tecidos acerca do livro publicados nos mais prestigiados veículos da imprensa brasileira e no sítio de *media criticism Observatório da Imprensa*⁴. Os comentários foram divididos em dois tipos: 1) considerações sobre o livro; 2) generalizações sobre a imprensa.

As considerações sobre o livro foram divididas em quatro categorias: 1.a) considerações sobre o conteúdo do livro; 1.b) considerações sobre o autor e suas credenciais para escrever o livro; 1.c) considerações sobre os aspectos formais ou metodológicos do livro; 1.d) considerações sobre o impacto do livro.

As generalizações, por sua vez, dizem respeito a observações sobre o comportamento da imprensa como um todo, no passado e no presente, sem relação direta com aspectos do livro.

Antes, porém, teceremos algumas considerações sobre os conceitos de memória e autoridade jornalística, que fundamentam a nossa análise.

⁴ Endereço: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. A edição 80 (05/12/1999) do Observatório da Imprensa trouxe, na seção *A imprensa em questão*, uma coletânea com cerca de 30 textos publicados na imprensa com comentários sobre *Notícias do Planalto*. Esta edição – disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq051299.htm> - serviu como base para a maior parte do material empírico utilizado em nossa análise. A seção *Jornal de Debates* da edição 82 (20/11/2000), também apresenta material coletado na imprensa. Ela está disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd20012000.htm>. Sempre que possível, foram consultadas as fontes originais. A análise inclui material não publicado nas edições acima citadas do Observatório da Imprensa.

1. Memória e autoridade jornalística

No que diz respeito ao conceito de memória, interessam-nos os seguintes aspectos: 1) é uma construção social (de grupos); 2) se dá no presente; 3) é motivada por interesses do presente; 4) é um espaço de conflitos. Veremos que os dois últimos correspondem a duas faces da mesma moeda.

Halbwachs inaugurou a idéia de que a memória é um fenómeno primordialmente coletivo, construída na interserção do indivíduo com a sociedade, através da sua participação em grupos. A memória é entendida como algo que constitui a identidade do indivíduo. Ou seja, cada indivíduo assimila e trabalha a memória de acordo com sua própria inserção nos grupos. Desta forma, embora defenda a primazia da memória coletiva, Halbwachs justifica o fato de ela sempre variar de sujeito para sujeito, uma vez que os indivíduos participam de grupos diferentes, se inserem de diferentes formas em cada grupo de que fazem parte, sofrem e exercem maior ou menor influência sobre os outros membros do grupo etc. São estas variáveis que, combinadas, constituem o caráter único, específico e individualizado da memória de cada sujeito. Um terceiro aspecto importante decorrente dessa visão da memória como fenómeno social é que, por se efetuar através das relações sociais, ela se dá no presente.

Este modelo tem sido problematizado por diversos autores. Para eles, lembrar não é reconstituir fielmente o passado, mas sim reconstituí-lo a partir de necessidades, interesses, influências, objetivos – políticos ou profissionais, por exemplo – que os grupos e sujeitos têm no presente. (Gillis, 1996; Pollak, 1989; Huyssen, 2000) Ou seja, o lembrar não acontece somente *no* presente, mas também *por causa do* presente.

Justamente por isso a memória é um espaço de luta – as duas dimensões não são dissociáveis. É nos momentos de crise que afloram as memórias subterrâneas que eram conservadas em estado quase latente. (Pollak, 1989) O trecho a seguir explicita a opo-

sição entre uma visão ligada à memória coletiva da sociedade – e, conseqüentemente, ligada ao consenso – e outra que associa a memória à disputa.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominante e sociedade civil. Encontramos com mais freqüência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante. (Pollak, p. 5)

Podemos pensar nos mais variados elementos como estopins para discussões em torno da memória – o lançamento ou a leitura de um livro, por exemplo.

Outro ponto de vista útil e crítico a Halbwachs é o que entende a memória como prática discursiva – a memória é um discurso; e este, uma prática. De acordo com esta idéia, a memória se constrói através dos diálogos que os sujeitos estabelecem entre si no presente, e com a vivência (ou a memória) do período em que se deu o acontecimento em discussão. (Namer, 1987) A memória nunca é pura ou estática, pois, como já vimos, sofre constantes mutações, alterações, influências e problemas. Ela constitui uma arena em que se dão conflitos e disputas, na qual diferentes agentes e grupos apresentam versões e pontos de vista variados, movidos pelas mais diversas intenções, inclusive a de utilizar o passado para obter legitimidade no presente.

Isto quer dizer que a construção da memória não se restringe à busca de hegemonia em torno da visão que se tem do passado. Ela tem também uma dimensão política e de disputa por poder no presente, pois é com estes objetivos que os agentes sociais falam do passado. Não são apenas as visões, vivências e interpretações do passado que variam. Trata-se de atualizar os acontecimentos do passado em função de uma agenda do presente, que pode incluir projeções e objetivos com relação ao futuro. (Le Goff, 1990)

Merece atenção também a idéia de que a memória é construída por meio de uma dialética entre lembrança e esquecimento, ou memória e amnésia. (Martín-Barbero, 2000; Nora, 1993; Huyssen, 2000; Pollak, 1996). Dentre os autores que tratam desta questão, alguns chamam a atenção para o papel fundamental da mídia como um dos espaços dessa construção na contemporaneidade (Huyssen, 2000; Pollak, 1996). Obviamente não estamos nos referindo apenas à mídia como espaço. No contexto dos comentários sobre *Notícias do Planalto*, o que nos interessa é ver os jornalistas como um grupo. Como afirma Pollak, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.” (p. 9) Ou seja, a memória tem a dupla função de: 1) manter a coesão interna; 2) defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. (Pollak, 1989)

Outro limite apontado para as idéias de Halbwachs é que elas não dão conta da rapidez das transformações de fim do século XX e início do século XXI⁵. Como afirma Huyssen (2000): “a memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social.” (p. 37) Para o autor, a emergência das reivindicações das minorias, nas duas últimas décadas, tornou mais difícil – talvez impossível – falar de uma memória social consensual. Mais uma vez, aparece a ênfase nas demandas do presente e na memória como espaço de luta. As novas tecnologias, a globalização, a aceleração e a diluição da separação entre espaço e tempo contribuem para o caráter cada vez mais fragmentado das referências e discussões sobre o passado. As mídias, por sua vez, tornam-se mais e mais os principais espaços e armas na disputa da memória.

Quanto à autoridade jornalística, convém distinguir três dimensões do fenômeno, às quais nos referimos (não sem uma certa

⁵ O livro *A memória coletiva* foi publicado pela primeira vez em 1950, postumamente.

dose de simplismo) como ‘técnica’, ‘política’ e ‘comunidade interpretativa’.

Os fundamentos ‘técnicos’ da autoridade jornalística remetem à peculiar concepção de objetividade que caracteriza o jornalismo. Como regra geral, a objetividade constitui importante valor em atividades caracterizadas por uma sólida cultura profissional, cujos membros atuam de modo fortemente autônomo, com base em seu treinamento e um conjunto de valores compartilhados. Estas condições não se aplicam, porém, ao jornalismo, uma vez que: 1) os jornalistas exercem seu trabalho no âmbito de uma organização, cujos objetivos econômicos e políticos nem sempre são compatíveis com os seus valores profissionais (Soloski, 1993); 2) falta aos jornalistas um corpo sólido de conhecimentos, técnicas ou linguagem esotéricas que permita a eles reivindicar um monopólio profissional sobre um dado campo do saber (Schudson, 1981). Tuchman (1993) chama a atenção para o fato de que o modelo de objetividade dos jornalistas faz apelo a um conjunto bastante limitado de técnicas e procedimentos institucionalizados.

No jornalismo, porém, a retórica da objetividade não predomina de maneira absoluta. Ela divide espaço com uma outra lógica de legitimação, que é da ordem da narrativa. Ao lidar com as notícias como ‘histórias’, os jornalistas tornam os eventos que relatam mais inteligíveis para o grande público (Darnton, 1990; Bird & Dardenne, 1993; Carey, 1986). A coexistência tensa de duas lógicas de legitimação tão distintas é emblemática da natureza particular dos jornalistas como “cidadãos bem informados” (Campbell, 1991), mediadores entre o universo dos especialistas e *insiders* e o do senso comum.

Isso nos leva aos fundamentos ‘políticos’ da autoridade jornalística. A mediação, neste caso, se estabelece entre as instituições governamentais, de um lado, e os cidadãos comuns, de outro (Schudson, 1982). Na tradição norte-americana, o exercício deste papel é entendido como vital para a democracia: freqüentemente descrito como um “Quarto Poder”, o jornalismo teria um compro-

misso fundamental com a manutenção do equilíbrio entre os poderes constitucionais (Fisher, 1989; Cook, 1998). No Brasil, por outro lado, vigora uma concepção diferente de 'Quarto Poder': na tradição do Poder Moderador, os jornalistas tendem a definir o seu papel como dizendo respeito à arbitragem das disputas entre os três poderes, em nome do interesse nacional (Albuquerque, 2000).

Em termos concretos, podemos identificar duas estratégias de autoridade distintas que se apresentam no jornalismo. No *jornalismo de rotina*, o jornalista reivindica promover um relato objetivo dos fatos e, nesse sentido tende a procurar fontes 'em condição de saber'. Na prática, isso significa que quanto maior for o *status* social, político ou econômico de uma fonte, mais confiável ela tende a parecer para os jornalistas (Gans, 1979). Por esta razão, diversos autores sugerem que o *ethos* da objetividade implica um favorecimento de um enfoque 'oficialista' no tratamento dos assuntos cotidianos (Tuchman, 1978; Fishman, 1980; Gitlin, 1980). No *jornalismo investigativo*, os jornalistas assumem um papel vigilante – principalmente em relação ao governo – na defesa da moralidade pública (Gans, 1980; Ettema & Glasser, 1998). Neste caso, o jornalista se investe de uma autoridade de natureza populista, visto que reivindica representar diretamente os interesses da população, ao mesmo tempo em que alimenta uma desconfiança quanto ao funcionamento das instituições do governo.

A terceira dimensão faz apelo ao conceito de 'comunidade interpretativa', tal como definido por Stanley Fish (1980): grupos de pessoas que partilham de estratégias interpretativas que presidem não apenas a 'leitura' dos textos, como, de uma certa maneira, a sua 'escrita' – uma vez que definem as propriedades e intenções fundamentais dos textos. Ao mesmo tempo em que asseguram a estabilidade das interpretações entre os seus integrantes, as comunidades interpretativas competem entre si na definição das interpretações adequadas dos textos. Tomar a autoridade jornalística do ponto de vista das comunidades interpretativas implica considerar os jornalistas como uma 'comunidade interpretativa' que compete com outras

(historiadores, políticos etc.) na definição dos fenômenos a que se referem e, ao mesmo tempo, supor que diferentes grupos, no interior da comunidade jornalística, competem para estabelecer o que constitui um enfoque jornalisticamente correto.

Segundo Zelizer, a memória coletiva desempenha um papel central no debate em torno da autoridade jornalística – isto é, “a capacidade dos jornalistas de se afirmarem como porta-vozes legitimados e confiáveis dos eventos da ‘vida real’” (1992: 8) – principalmente em face da inexistência de uma cultura profissional mais sólida. Na ausência – ou pouca relevância – de códigos formalizados do profissionalismo (tais como manuais, cursos de treinamento etc.), os jornalistas dependem grandemente de suas narrativas e suas memórias coletivas para constituir um sentido de comunidade. O tratamento dispensado pelos meios noticiosos – ao longo de décadas – ao assassinato do Presidente Kennedy é tomado pela autora como um caso modelar. Para ela:

“o modo como suas narrativas se alteraram através do tempo e do espaço e os modos através dos quais a memória coletiva gerou um corpo compartilhado de conhecimento são encarados como parte do processo de legitimação da autoridade jornalística”. (1992: 10)

Tal processo envolve mais do que simplesmente a construção de um consenso. Pressupõe também disputa dos jornalistas com rivais na interpretação do sentido autorizado do evento, sejam eles comunidades interpretativas (os historiadores, por exemplo) ou indivíduos (a versão do assassinato exposta por Oliver Stone é o melhor exemplo a este respeito). Além disso, se expressa em uma disputa no interior da comunidade jornalística, opondo grupos de jornalistas rivais, dando destaque ao papel desempenhado por alguns indivíduos e marginalizando outros.

Embora em condições diferentes, acreditamos que o debate suscitado pelo lançamento de *Notícias do Planalto* tenha desempenhado um papel semelhante, como veremos a seguir.

2 – Memória e autoridade jornalística em *Notícias do Planalto*

2.1 – Considerações sobre o conteúdo do livro

Para fins de análise, dividimos os comentários a respeito do conteúdo de *Notícias do Planalto* em dois grupos: 1) comentários de natureza pontual; 2) comentários de natureza estrutural. No primeiro caso, incluem-se observações relativas à atuação de indivíduos particulares, em circunstâncias precisas. O foco recai sobre o caráter dramático da ação e a identificação de heróis e vilões. No segundo caso, a atenção recai sobre a atuação dos jornalistas como um todo – ou grupos específicos de jornalistas – e a atribuição, a eles, de responsabilidades em relação à eleição de Collor, ao acobertamento de escândalos do seu governo e, em contrapartida, pelas denúncias que serviram de combustível para o processo de *impeachment*.

Chama a atenção o fato de que, em um livro de 719 páginas, o foco dos comentários ‘pontuais’ tenha recaído sobre um conjunto muito limitado de casos: as tentativas de suborno levadas a cabo por Mário Alberto de Almeida em troca de matéria favorável ao ministro da agricultura Íris Rezende e do abafamento da cobertura negativa a PC Farias; a edição do último debate entre Collor e Lula na campanha eleitoral de 1989; a tentativa de suborno, realizada por Fernando Sandoval, em favor do governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho; os bastidores da reportagem sobre a “Operação Uru-guai”; a tentativa de compra do *Jornal do Brasil*, por parte de PC Farias; a capa de *Véja* apostando que Collor permaneceria na presidência.

Dentre esses episódios, os dois primeiros merecem atenção destacada⁶. O debate em torno da versão de *Notícias do Planalto* para a edição do debate entre Collor e Lula, levada ao ar pelo Jornal Nacional dois dias antes do segundo turno da eleição para presidente de 1989 foi objeto de uma longa matéria na *Folha de S. Paulo*⁷, além de

⁶ Os dois episódios aparecem, por exemplo, entre os trechos do livro publicados por *O Globo* em 27/11/1999.

⁷ Fernando de Barros e Silva, “Roberto Marinho avaliou edição do ‘JN’ coordenada por Souza Cruz”, *Folha de S. Paulo*, 11/12/1999, p. 4-8 e 4-9.

merecer observações e/ou reparos de outros comentaristas. É compreensível que este episódio tenha gerado muitos comentários quando o livro foi lançado, pois envolve a maior emissora de televisão do país e muitos jornalistas que nela trabalhavam, além de constituir, para muitos, uma importante contribuição para a vitória de Collor.

Embora envolva um número reduzido de jornalistas, em veículos com menor expressão, e tenha gerado conseqüências que nem de longe se comparam às da edição do debate de Collor e Lula, os episódios envolvendo Mário Alberto de Almeida foram objetos de numerosos comentários sobre *Notícias do Planalto*, sempre com destaque.

O livro apresenta denúncias que levaram Mário Alberto de Almeida a ser caracterizado, por um comentarista, como “um dos vilões de *Notícias do Planalto*”⁸. A apresentação de Almeida inclui a narração de uma discussão – que quase descambou para a briga – com Otavio Frias Filho. Informa que ele trabalhara em *Véja*, onde chegara ao cargo de editor de Brasil, e em 1988, “(...) abandonou o jornalismo para cuidar de negócios particulares”⁹. Segundo *Notícias do Planalto*, em 1989, Almeida visitou Augusto Nunes, então diretor do *Estado de S. Paulo*, afirmou que tinha contatos em outras publicações e ofereceu-lhe dinheiro para publicar matérias favoráveis a Íris Rezende, que queria ser candidato à presidência. Acrescenta que Almeida admitia ter feito a visita e intercedido em favor do político, mas negava ter oferecido dinheiro. E publica trecho de duas reportagens de *Véja* em que aparecem expressões parecidas com as que Almeida solicitara a Nunes. Conti usa a expressão “ex-jornalista” para referir-se a Almeida e insinua que ele servia de intermediário entre membros do governo e jornalistas ocupando postos de chefia. Há outros casos em que Almeida teria procurado chefes de redação (o próprio Conti, num deles), solicitando – mediante pedidos pesso-

⁸ Francisco Luiz Noel, “Acusado quer processo”, *Jornal do Brasil*, 27/11/99

⁹ Conti (1999), p. 374.

ais ou oferta de dinheiro – a não publicação de notícias desfavoráveis ou a publicação de notícias simpáticas a membros do governo e outras pessoas ligadas a Collor.

A maioria dos comentários não entra no mérito de julgar Almeida, apenas relatando as denúncias existentes no livro. Nem todos se deram ao cuidado de reproduzir, também, que o acusado confirmava as conversas, mas negava ter oferecido dinheiro. Os trechos a seguir ilustram como as passagens de *Notícias do Planalto* sobre Almeida causaram impacto: “um dos episódios mais polêmicos diz respeito a Mário Alberto de Almeida, hoje diretor do jornal *Gazeta Mercantil*”¹⁰; “no episódio mais comprometedor, Mário Alberto de Almeida, hoje diretor de redação do jornal *Gazeta Mercantil*, aparece como emissário de uma proposta (...)”¹¹.

As denúncias de tentativas de suborno são longamente discutidas em duas matérias¹², ambas incluindo declarações do acusado e de outros personagens envolvidos. Nas duas, o jornalista Augusto Nunes aparece confirmando o relato de Conti, ao passo que Almeida nega as acusações. Em nossa amostra, apenas um texto¹³ visa a defender o acusado. Trata-se de um editorial assinado, publicado na primeira página da *Gazeta Mercantil*, jornal que o acusado dirigia à época do lançamento do livro. O artigo defende o acusado, afirmando que as “levianas acusações foram amplamente reproduzidas e difundidas com destaque, nos últimos dias, por outros veículos de comunicação (...) atingem, de maneira indireta, mas clara e evidente, este jornal”¹⁴. Segundo o editorial, o objetivo dos concorrentes seria combater a ascensão do jornal.

¹⁰ Ascânio Seleme e João Domingos, “A imprensa na berlinda”, *O Globo*, 27/11/1999, p. 9.

¹¹ Paulo Vasconcellos, “Nitroglicerina quase pura”, *Jornal do Brasil*, 27/11/1999.

¹² Ascânio Seleme e João Domingos, “A imprensa na berlinda”, *O Globo*, 27/11/1999, p. 9.; e Francisco Luiz Noel, “Acusado quer processo”, *Jornal do Brasil*, 27/11/99.

¹³ Luiz Fernando Ferreira Levy, “A Imprensa, a notícia e a ética jornalística”, *Gazeta Mercantil*, 30/11/1999.

¹⁴ Idem.

O foco da atenção dos comentaristas recai sobre cerca de meia dúzia de episódios da trama. Seria incorreto, porém, reduzir a importância do episódio a um “impulso (...) para o episódico, o pessoal, o sensacional”¹⁵. Para além dos atrativos de cunho dramático que comporta, o caso Mário Alberto despertou tanta atenção pelo fato de ilustrar empiricamente uma violação da ordem moral e, em particular, uma violação promovida por um jornalista: “a grande novidade do livro, por exemplo, é pôr alguns daqueles que comumente denunciam o suborno no papel dos corruptos e dos corruptores.”¹⁶

Longe de diluir a importância ética do episódio, a individualização da responsabilidade permite aos jornalistas objetificar padrões morais, atribuindo *status* empírico a alegações de cunho moral (Ettema & Glasser, 1998). Além disso, ela permite aos jornalistas tratar com um certo distanciamento uma questão ética da categoria: se é verdade que “a figura do picareta, o profissional realmente corrupto ainda não desapareceu: sobrevive até mesmo em altas esferas”¹⁷, ela é antes a exceção do que a regra. Note-se que o distanciamento é reforçado pela problematização do *status* de jornalista de Mário Alberto de Almeida – diretor da *Gazeta Mercantil* à época do lançamento do livro, mas afastado do jornalismo, exercendo a função de empresário e ‘lobista informal’ durante os episódios narrados em *Notícias do Planalto*.

Os comentários de natureza ‘estrutural’ dizem respeito à atribuição de responsabilidades a agentes coletivos por sua atuação no processo de ascensão e queda de Collor. Esses comentários dizem respeito, em primeiro lugar, à categoria dos jornalistas como um todo. Como regra geral, eles criticam duramente a atuação da imprensa no período, quer de uma perspectiva distanciada – “como instituição (...) a mídia aparece como cúmplice do empresariado e

¹⁵ Alberto Dines. “A imprensa como notícia”. *Jornal do Brasil* 27/11/1999.

¹⁶ Ascânio Seleme e João Domingos, “A imprensa na berlinda”, *O Globo*, 27/11/1999, p. 9.

¹⁷ Luiz Garcia. “Os caçadores caçados”; *O Globo*, 27/11/1999, p. 10

do próprio Collor na fabricação de sua presidência"¹⁸; "a imprensa fica muito mal no livro, mas fez por merecer"¹⁹ - quer em primeira pessoa - "[o] livro mostra que todos erramos muito na cobertura de Collor", penitencia-se o ex-editor do *Jornal do Brasil* Marcos Sá Corrêa, atualmente na revista *Época*.²⁰

As críticas à atuação da imprensa cobrem aspectos variados: "além de distribuição de propinas, registraram-se desvios ideológicos e avaliações equivocadas do quadro político. Um dos erros capitais foi planejar a cobertura jornalística como se o Brasil se resumisse a Brasília e aos figurões que circulam na órbita do poder federal."²¹ Para além dos desvios éticos e do trabalho malfeito - "a imprensa não fez o seu dever de casa: não apurou."²² - chama a atenção o fato de que a imprensa é culpada por não ter feito o suficiente para impedir a eleição de Collor:

*'Não tivemos o mérito de saber dizer isso, de descobrir esse fenômeno. Erramos', reconhece Mario Sergio Conti. Para ele, Collor deve sua chegada ao Planalto muito mais aos equívocos (involuntários ou deliberados) dos profissionais das redações que a tramas supostamente engendradas pelos donos dos meios de comunicação.'*²³

O argumento acima traduz mais do que um juízo sobre o fracasso da imprensa em exercer o seu papel *informativo*. Segundo ele, a imprensa falhou no desempenho de seu papel *formativo*, ao permitir que Collor fosse eleito (cf. Albuquerque, 2000).

A despeito das críticas duras, o tom geral dos comentários dá conta de uma dinâmica de exposição e purgação dos pecados:

¹⁸ Otávio Frias Filho. "CPI da mídia". *Folha de S. Paulo*, 2/12/1999, p. 1-2.

¹⁹ A afirmação, de Ricardo Noblat, é citada por Francisco Luis Noel em "Jornalistas fazem avaliação". *Jornal do Brasil*, 27/11/1999

²⁰ Citado por Francisco Luis Noel em "Jornalistas fazem avaliação". *Jornal do Brasil*, 27/11/1999

²¹ Idem.

²² Zuenir Ventura. "A nossa vez", *O Globo*, 27/11/1999, Segundo Caderno, p. 12

²³ Luís Costa Pinto. "Luz nos porões". *Época*, 29/11/1999, p. 149

*“O livro abala um pouco a credibilidade da imprensa, que, aliás, já vem sendo abalada. Mas contribui para tirá-la de um pedestal indevido e colocá-la entre as instituições passíveis de crítica, como o Judiciário”.*²⁴

No final das contas, *Notícias do Planalto* funciona como uma dura lição, cujo efeito prometido é o de servir como um poderoso aviso para que não se cometam, no presente e no futuro, os erros do passado.

A principal lição a ser aprendida diz respeito aos perigos inerentes à relação que se estabelece entre os jornalistas e suas fontes, particularmente aquelas mais poderosas: nestas relações é grande o risco de os jornalistas se aproximarem demais “da fogueira do poder” e se chamuscarem, passando “a agir como personagens e não como observadores”²⁵. Diante do risco inevitável, a única atitude possível seria “definir a intimidade como um mal necessário”²⁶, de modo a “manter a guarda alta”²⁷.

Outro tipo de comentário estrutural é aquele que opõe, uns aos outros, grupos de jornalistas. Duas ordens de problemas merecem destaque a este respeito: 1) a responsabilização dos jornalistas – e não dos patrões – pelos principais equívocos na cobertura de Collor; 2) a disputa entre diversos veículos da imprensa quanto à divisão de responsabilidades no caso.

Com relação ao primeiro aspecto, o que está em questão é o suposto enfoque ‘patronal’ do livro. Para diversos comentaristas, Conti apresenta uma visão idealizada e simpática dos patrões²⁸. Vários

²⁴ Alberto Dines, citado por Francisco Luis Noel em “Jornalistas fazem avaliação”. *Jornal do Brasil*, 27/11/1999

²⁵ Luiz Garcia. “Os caçadores caçados”; *O Globo*, 27/11/1999, p. 10

²⁶ Id. *ibid.*

²⁷ Id. *ibid.*

²⁸ A identidade profissional dos jornalistas depende, em parte, da sua capacidade de conduzir as suas ações com uma certa autonomia em relação à organização da qual eles fazem parte (Soloski, 1993). Isso explica a forte reação dos profissionais à atitude de “canalizar”, isto é, adotar pontos de vista patronais (Gans, 1979; Darnton, 1990)

autores usam o mesmo exemplo para ilustrar esta generalização: em *Notícias do Planalto*, o autor teria tentado retirar de Roberto Marinho e seus filhos a responsabilidade pela polêmica edição do debate entre Lula e Collor, atribuindo-a aos jornalistas que editaram a matéria:

*“Mario Sergio, que costuma se apresentar como amigo de Roberto Marinho, tenta sustentar que tudo foi obra do segundo escalão da Globo e consome páginas e páginas para demonstrar isso. Não convence (...)”*²⁹

De acordo com esta visão, o *olhar patronal* de Conti se estende à distribuição desigual de responsabilidades por erros e acertos, na qual os padrões são sistematicamente favorecidos em detrimento dos jornalistas. A crítica é reforçada por uma declaração de Conti em entrevista posterior ao lançamento do livro: “Tudo foi responsabilidade dos profissionais, não adianta colocar a culpa no patrão.”³⁰ Ainda assim, há espaço para divergências. Para Alberto Dines³¹, a tese é só aparentemente patronal. Segundo ele, o alvo das críticas de Conti é “a nova classe de executivos que nos anos 80 e 90 foi encarregada de ‘profissionalizar’ as redações” que, “com a ajuda decisiva dos marqueteiros treinados para vender margarina, desmandaram-se”.

Com relação à disputa de interpretações que se estabelece entre os veículos de comunicação, é importante ressaltar que a estrutura do livro favorece esta abordagem³². Os capítulos estão divididos de acordo com os meios de comunicação – que, aliás, lhes dão nome.

²⁹ Paulo Moreira Leite, “Uma comédia surrealista”, Caderno Mais! *Folha de S. Paulo*, 26/12/1999, p.18-20.

³⁰ Conti, em entrevista a Fernando de Barros e Silva. “Collor se fez em função de jornalistas, não de padrões”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/99, p. 4-6 e 4-7.

³¹ Alberto Dines. “A imprensa como notícia”. *Jornal do Brasil* 27/11/1999.

³² Cabe mencionar, a este respeito, a observação de Waisbord, segundo o qual: “A história do *Collorgate* foi contada como se a cobertura expressasse o engajamento e a responsabilidade profissional da empresa jornalística como um todo. Uma característica expressiva era que as reportagens raramente traziam assinaturas. Isso submergia os repórteres individuais dentro da estrutura da revista, sugerindo que era a empresa que produzia as reportagens e se responsabilizava por seu conteúdo”. (1996:100)

Alguns textos buscam identificar como foi tratado no livro o próprio veículo em que o comentário está sendo publicado, especialmente passagens vistas como positivas.

A já mencionada *Gazeta Mercantil* se sentiu atingida pelas denúncias do livro e pela repercussão delas na imprensa. O fato de Conti ter ocupado um cargo de chefia em *Veja* é abordado na maioria dos comentários. A reportagem³³ que a revista publicou sobre o livro destaca as passagens positivas em que é mencionada, mas não deixa de abordar as insinuações de corrupção – detalhadas em um quadro à parte³⁴ e acompanhadas de uma resposta³⁵ do editor, Roberto Civita. Alguns comentários relatam escaramuças e desconforto que teriam sido gerados pelo livro em outros veículos de comunicação. Mais do que *Veja*, provavelmente a Rede Globo tenha sido o maior alvo de comentários, o que atribuímos a três razões: foi ela que fez e levou ao ar a tão discutida edição do debate entre Lula e Collor; é o meio de comunicação mais poderoso do país; nos comentários que atribuem a Conti um *olhar patronal*, Roberto Marinho é constantemente apontado como maior exemplo de patrão beneficiado. A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, foi, de longe, o veículo que cedeu mais espaço à cobertura e repercussão de *Notícias do Planalto*³⁶. Publicou uma reportagem, já citada, esmiuçando os bastidores da edição do debate pelos jornalistas da Rede Globo. Discutiui a posição de Conti como jornalista de *Veja*. E, assim como os demais órgãos, não deixou de colher os louros que percebeu no livro: “o livro deixa mal, muito mal, o jornalismo brasileiro, com exceção desta Folha”³⁷.

Uma visão um pouco diferente desta, digna de nota, foi a apresentada em três artigos publicados na revista *Carta Capital*, escritos

³³ “O raio X do poder”, *Veja* nº 1.626, 1º/12/99, p. 176-178.

³⁴ “O capítulo Veja”, *Veja* nº 1.626, 1º/12/99, p. 176-177.

³⁵ Roberto Civita, “A propósito...”, nº 1.626, 1º/12/99, p. 178.

³⁶ Incluindo a publicação de: um artigo escrito por Marcos Coimbra, coordenador da campanha de Collor; uma carta do próprio Fernando Collor de Mello na seção de cartas dos leitores; notas sobre o livro em coluna social. O debate também apareceu, como seria de se esperar, na seção de Opinião e na coluna Ombudsman.

³⁷ Clóvis Rossi, “(Más) Notícias do Planalto”, *Folha de S. Paulo*, 08/12/1999, p. 1-2.

por Mino Carta³⁸, Emiliano José³⁹ e Paulo Henrique Amorim⁴⁰. Segundo estes autores – cuja visão é corroborada por alguns outros, que reclamam da injustiça causada pela generalização promovida por Conti ao tratar de veículos, jornalistas e de patrões –, a maioria dos veículos apoiou Collor de forma muito mais maciça que a descrita por Conti. Os líderes teriam sido os poderosos *Veja* e a Rede Globo. Do outro lado, *IstoÉ* – e, em menor escala, a *Folha de S. Paulo* – teria sido o único grande órgão que teria se mantido vigilante o tempo todo, outra informação negligenciada em *Notícias do Planalto*. Um dos objetos de maior crítica fica por conta do livro não considerar uma reportagem da revista *IstoÉ* – concorrente de *Veja*, como ressaltava Amorim – com Eriberto França a principal contribuição da imprensa para a derrubada de Collor.

2.2 Considerações sobre o autor

Comparada ao que acontece com o conteúdo do livro, a atenção dispensada ao seu autor é bastante discreta. A maioria dos comentários tem como foco a condição de Conti como diretor de redação da revista *Veja* durante o período de ascensão e queda de Collor. Tal condição ora é apresentada como um argumento de legitimação, ora de problematização do seu relato. Diante da ambigüidade da posição de Conti como personagem/narrador, o debate se desloca para o julgamento das suas qualidades morais.

A legitimação do relato de Conti está relacionada ao seu alto *status* jornalístico:

“Poucas pessoas estariam tão equipadas para escrever um trabalho como esse. Conti trabalhou em Veja durante 14 anos, os últimos sete como diretor de redação. Conviveu com caciques da Rede Globo, como José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, que se tornaria seu ami-

³⁸ “De Seattle ao Planalto”, *Carta Capital* 113, 22/12/1999.

³⁹ “Collor e a mídia brasileira”, *Carta Capital* 113, 22/12/1999.

⁴⁰ “O bom e o mau”, *Carta Capital* 113, 22/12/1999.

go, e Roberto Marinho, o presidente do conglomerado, que o recebia na mansão do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, ou na casa de praia, em Angra dos Reis. Dava-se bem com Silvio Santos, o dono do SBT. Talvez tenha sido o jornalista brasileiro que mais entrevistou Fernando Collor de Mello e PC Farias".⁴¹

Se o valor de um jornalista se mede pela qualidade das suas fontes, a condição do autor para produzir o relato era privilegiada: Conti teve acesso constante não apenas aos protagonistas políticos envolvidos na eleição, no governo e no *impeachment* de Collor, mas também aos dirigentes das principais organizações jornalísticas do país, os quais, afinal, são os principais protagonistas da trama descrita pelo livro.

Tal acesso privilegiado se explica pelo fato de Conti ser, ele próprio, protagonista da trama que narra. Isso dá ao seu relato um valor ambíguo. Por um lado, "Conti viu muito do que conta"⁴², ou seja, se beneficia das vantagens do conhecimento em primeira pessoa sobre a trama, o funcionamento intestino das organizações jornalísticas etc. Por outro lado, ele é participante do processo que descreve, e isso o afasta decisivamente da posição de observador distanciado, a qual sustenta o princípio da objetividade jornalística.

Em tais condições, a confiabilidade do relato passa a depender enormemente do juízo sobre as qualidades morais do seu autor. Aqui também há espaço para grandes divergências.

De um lado, o simples fato de produzir o relato sobre um tema tão recente e pungente é a maior evidência das qualidades morais do seu autor. Para Alberto Dines, por exemplo, "Mario Sergio mostrou uma coragem e honestidade sem igual. O autor de *Notícias do Planalto* escreveu o que sabia. Não escondeu."⁴³. Ao fazê-lo, Conti su-

⁴¹ "O raio X do poder", copyright *Veja* nº 1.626, 1º/12/99, p. 176-177

⁴² "Collor se fez em função de jornalistas, não de patrões", *Folha de S.Paulo*, 26/11/99, p. 4-6 e 4-7.

⁴³ Alberto Dines. "Dinâmica da verdade vence malícia do Sistema", *Observatório da Imprensa*, 05/12/1999, disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq051299.htm>.

jeita-se a sofrer retaliações, mas o faz de maneira consciente, uma vez que “conhece a dinâmica do bumerangue”⁴⁴. Mais do que um ato de coragem isolado, Dines vê no livro o coroamento de uma atuação heróica à frente de *Vêja* no processo que conduziu Collor ao *impeachment*: “Foi iniciador e protagonista de uma cruzada, agora dispõe-se a devassá-la”⁴⁵.

Outros sustentam justamente o oposto: Conti se valeu de sua posição privilegiada para produzir um relato conveniente aos seus interesses, às expensas da verdade. Nesta perspectiva, o ex-editor de política de *Vêja* – colega de redação de Conti durante o período retratado – Paulo Moreira Leite descreve o livro como uma “comédia surrealista”. Para ele:

*“Mario Sergio desperdiçou a chance de fazer uma boa reportagem sobre um episódio marcante da vida do país porque deixou o livro se corromper por suas amizades, relações pessoais e pessoais-profissionais, mesquinhas, baixarias, recalques, pequenas e grandes vinganças.”*⁴⁶

Uma terceira perspectiva é aquela que reconhece aspectos controversos da atuação de Conti no passado, mas louva a honestidade do autor, ao não se eximir de mencioná-los. O caso da omissão de uma reportagem negativa a respeito de Cláudio Humberto em troca de uma “boa fonte” é o mais lembrado.

Até aqui consideramos a diversidade de perspectivas acerca das condições – morais e técnicas – do autor para construir o seu relato. Em seguida, consideraremos o debate que se estabeleceu em torno dos métodos de que ele se valeu na coleta e organização dos dados e na escrita do livro.

⁴⁴ Idem. “A imprensa como notícia”. *Jornal do Brasil* 27/11/1999.

⁴⁵ Id. *Ibid.*

⁴⁶ Paulo Moreira Leite. “Uma comédia surrealista”. *Caderno Mais!*. *Folha de S. Paulo*, 26/12/1999, p. 18-20.

2.3 Considerações sobre o método

De maneira geral, podemos reduzir o debate em torno do método de *Notícias do Planalto* a duas ordens de questões, relativas: 1) às especificidades e ao valor do método jornalístico em oposição a outros métodos de coleta e organização de dados; 2) à necessidade de a obra conciliar de modo coerente as exigências da narrativa com as da precisão factual.

Com relação ao primeiro aspecto, chama a atenção o fato de o livro buscar se legitimar como o produto de um olhar "interno", dos jornalistas sobre o jornalismo, em oposição a olhares "externos", como aqueles provenientes do meio acadêmico. Tal estratégia é explícita na genealogia na qual o autor do livro insere a sua obra. Conti afirma ter se inspirado em clássicos da literatura jornalística americana, como *The Powers That Be*, de David Halberstam e *The final days*, de Carl Bernstein e Bob Woodward, sobre o caso Watergate. Entre os nacionais, são citados *A Regra do Jogo*, de Claudio Abramo, e *Minha Razão de Viver*, de Samuel Wainer.

A estratégia de legitimação de *Notícias do Planalto* é amplamente validada pelos comentaristas do livro. Com grande frequência, os comentários destacam as dimensões maiúsculas do esforço de apuração e escrita do livro: foram 141 as pessoas entrevistadas, 101 publicações lidas (fora jornais e revistas) e dois anos de trabalho, resultando em um livro de 719 páginas e 1200 personagens. Tal ênfase nos fundamentos empíricos do livro objetiva distingui-lo dos trabalhos acadêmicos publicados sobre o mesmo assunto:

*"O livro de Conti é, porém, fundamentalmente uma vasta reportagem sobre o funcionamento do poder no Brasil. Não teoriza, não explicita juízos, é econômico nos adjetivos, narra, apenas."*⁴⁷

⁴⁷ Fernando de Barros e Silva. "Os donos do (4º) poder". *Folha de S. Paulo*, 26/11/99, p. 4-1.

Apesar de dominante, tal leitura não foi unânime. Mino Carta, por exemplo, cita Hannah Arendt para ilustrar o que qualifica como “um assalto à verdade factual”, independentemente das “cento e poucas entrevistas” feitas pelo autor. Crítica semelhante é feita por Paulo Moreira Leite, ex-colega de redação de Conti, tendo como parâmetro os métodos da historiografia acadêmica:

“O leitor que quiser saber de onde Mario Sergio tirou a versão para relatar determinado episódio ficará perdido. Com raríssimas exceções, o livro não informa suas fontes. Desde o século 19 se sabe que a diferença entre obra histórica e relato de memória são as fontes do pesquisador — documentos abertos à consulta, depoimentos arquivados, registros. Citar fontes não é implicância acadêmica, mas uma conquista dos historiadores. Graças a elas, tornou-se possível relatar fatos que a história oficial tentava ignorar. Os historiadores fazem o possível para apresentar as fontes de suas pesquisas como se deve: no pé da página, logo depois da citação. O leitor agradece. É por meio da fonte que se julga a veracidade de um relato. Quando há duas versões discordantes, a citação permite ao historiador explicar por que deu crédito a uma versão e não à outra. O leitor julga com sua consciência. A partir das notas de rodapé os profissionais do ramo fazem a crítica das fontes — que é o método pelo qual os historiadores estudam história.”⁴⁸

Finalmente, cabe mencionar a posição particular de Emiliano José, jornalista profissional e docente da Universidade Federal da Bahia e autor de um livro, *Imprensa e poder: ligações perigosas*, sobre o mesmo tema de *Notícias do Planalto*, publicado em 1996. José queixa-se do silêncio em torno de seu próprio livro, originalmente uma dissertação de mestrado em Comunicação defendida na UFBa. E defende suas próprias conclusões fazendo apelo justamente ao seu *background* acadêmico:

⁴⁸ Paulo Moreira Leite. “Uma comédia surrealista”. Caderno Mais!. Folha de S. Paulo, 26/12/1999, p. 18-20.

*“Há jornalistas que dizem não gostar de teoria. A estes peço desculpas pelo que vou dizer a seguir. A imprensa brasileira integra o poder, defende os interesses das classes dominantes porque faz parte delas (...) Integra o que Gramsci, volta e meia sacado como adereço ornamental de uma ou outra matéria, chamava de Estado, este visto não só como aparelho político, mas ampliado para as instâncias de dominação ideológica, entre as quais está a imprensa”.*⁴⁹

Até aqui analisamos questões relativas à delimitação das fronteiras externas da autoridade jornalística. Resta considerar alguns problemas relacionados aos parâmetros que definem, de dentro, a qualidade de um texto jornalístico: o atendimento aos requisitos da objetividade e a sua qualidade narrativa.

Como vimos, a objetividade jornalística diz respeito a um conjunto de saberes e procedimentos relativamente frouxos, se comparada às noções de objetividade da ciência ou de profissões como o direito ou a medicina. Campbell (1991) sugere que a objetividade jornalística se constitui retoricamente, a partir da preferência por metáforas da ciência – coleta de dados, informação, fatos – em relação a metáforas da literatura. Tuchman (1978) denomina essa estratégia retórica de “teia da facticidade”. Ela incluiria o recurso a um conjunto de convenções como o uso de aspas ou sonoras, a separação de notícias e opinião, um texto desadjetivado, a adoção da perspectiva de uma terceira pessoa distanciada etc. (Campbell, 1991; Tuchman, 1978).

Waisbord (1996) sugere – com base em diversas entrevistas por ele realizadas – que a objetividade é um valor pouco estimado pelos jornalistas latino-americanos:

“A idéia de que o jornalismo apresenta uma visão imaculada da realidade e que os repórteres são meros registradores dos fatos é desconsiderada em princípio e até ridicularizada. A objetividade da reportagem é posta sob suspeita e freqüentemente é posta entre aspas.” (1996: 104)

⁴⁹ Emiliano José. Collor e a mídia brasileira. *Carta Capital* nº 113, 22/12/1999.

A análise dos comentários a *Notícias do Planalto* sugere, porém, que a objetividade tem um papel mais importante, ao menos entre os jornalistas brasileiros, do que aquele reconhecido por Waisbord. Nas entrevistas que se seguiram ao lançamento do livro, o autor reivindica explicitamente a objetividade e os parâmetros de comportamento profissional a ela associados como fundamentos tanto da metodologia do livro quanto das críticas que ele faz ao desempenho da imprensa no período Collor⁵⁰.

Valores associados à objetividade foram, igualmente, acionados pelos comentaristas em suas avaliações do livro. Para alguns deles, o livro cumpre os requisitos da objetividade, principalmente em seu rigoroso trabalho de apuração – a referência à quantidade de entrevistas e consultas bibliográficas e ao trabalho de pesquisa nos arquivos – e no estilo do texto, econômico nos adjetivos, afeito à descrição, mas não a conclusões ou teorizações.

Os críticos do livro também recorrem aos parâmetros da objetividade jornalística para fundamentar os seus pontos de vista. Para eles, o autor teria falhado em cumprir a regra que manda o jornalista ouvir “os dois lados da questão” em diversos episódios, com destaque para o caso da edição do debate entre Collor e Lula, uma vez que Conti teria deixado de lado o depoimento da testemunha-chave do caso, o jornalista Ronald de Carvalho, que editou o debate⁵¹. Outra crítica põe em xeque a perspectiva de “terceira pessoa distanciada” do autor, seja intencionalmente – porque o autor “presta-se ao serviço de escrever a história para os seus patrões presentes e futuros”⁵² - ou não:

“É pena, a propósito, que parte crucial do livro – quando começam a se multiplicar as denúncias contra Collor – encontre o autor no comando

⁵⁰ Conti, em entrevista a Fernando de Barros e Silva. “Collor se fez em função de jornalistas, não de patrões”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/99, p. 4-6 e 4-7; Conti, em entrevista a Ascânio Seleme e João Domingos. “Não pode haver promiscuidade”. *O Globo*, 27/11/1999, p. 9.

⁵¹ Paulo Moreira Leite. “Uma comédia surrealista”. *Caderno Mais!*. *Folha de S. Paulo*, 26/12/1999, p. 18-20.

⁵² Mino Carta. De Seattle ao Planalto. *Carta Capital* nº 113, 22/12/1999

da revista Veja. Ele com certeza narra com honestidade o que aconteceu em sua redação, mas seria talvez demais exigir que fosse rigorosamente objetivo no peso que atribui – em espaço, se não em palavras – à atuação de cada jornal, revista ou TV.”⁵³

Outra acusação é a de que o autor teria acrescentado diálogos que jamais aconteceram para fins dramáticos, falseando desta maneira a verdade⁵⁴. Independentemente do seu mérito, esta acusação põe em questão um problema fundamental do jornalismo: conciliar as exigências da facticidade com as de uma narrativa atraente, capaz de capturar a atenção do leitor.

Para além do aspecto da precisão factual, a qualidade da narrativa também foi objeto de atenção dos comentaristas. Do ponto de vista estilístico, a narrativa de *Notícias do Planalto* é elogiada como um recurso para tornar a trama mais interessante do ponto de vista dos leitores:

“Até para reter o leitor, a narrativa se desenvolve por meio de episódios, mantendo-se no perímetro dos bastidores onde eles tantas vezes resvalam para o anedótico. O resultado é um mosaico ao mesmo tempo vasto e detalhista, um marco na história do jornalismo local e uma leitura que não é fácil de se deixar pelo meio.”⁵⁵

A narrativa é apresentada, igualmente, como um recurso a serviço da constituição dos jornalistas como comunidade interpretativa:

“O livro chegou às livrarias anteontem, mas já circulava pelas redações desde segunda-feira. Jornalistas gostam de fofocas, sobre seus pares em particular. (...) E o ex-diretor da Veja lhes serviu o prato dileto: histórias, e ótimas histórias, histórias terríveis.”⁵⁶

⁵³ Luiz Garcia. “Os caçadores caçados”. *O Globo*, 27/11/1999, p. 10.

⁵⁴ Paulo Moreira Leite. “Uma comédia surrealista”. *Caderno Mais!*. *Folha de S. Paulo*, 26/12/1999, p. 18-20.

⁵⁵ Otávio Frias Filho. “CPI da mídia”. *Folha de S. Paulo*, 2/12/1999, p.1-2.

⁵⁶ Fernando de Barros e Silva, “Os donos do (4º) poder”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/1999, p. 4-1.

Ainda assim, não falta quem aponte riscos na estratégia narrativa escolhida, na medida em que, em prol da leveza do texto, o que estaria sendo sacrificado seria a confiabilidade das informações:

“Como o autor assumiu com os 141 entrevistados o compromisso de não identificá-los como fontes, teve que adotar o ponto de vista do narrador de ficção, onisciente e onipresente, que a tudo assiste ou vê, sem precisar dar satisfações a ninguém. A técnica confere ao relato um ritmo rápido, de aventura, mas há denúncias e inconfidências, às vezes diálogos literais, que o leitor sente a necessidade de saber como foram obtidos, mesmo confiando na credibilidade do autor”.⁵⁷

2.4 – Considerações sobre o impacto do livro

A quarta categoria, assim como as duas anteriores, não teve o mesmo realce da primeira. Foi dividida em dois tipos de comentários: 1) sobre o impacto dentro da comunidade jornalística; 2) sobre o impacto junto ao jornalismo brasileiro – ou, dito de outra forma, sobre o papel do jornalismo no Brasil e sua relação com a sociedade. Em ambos os casos, visam a identificar – em outras palavras, *medir*, mas também *definir* – a relevância e as conseqüências de *Notícias do Planalto*, seja entre os jornalistas e dentro das redações, seja como campo pouco discutido na sociedade.

Dentro da primeira categoria, o primeiro tipo de comentário diz respeito à curiosidade causada pelo livro na comunidade jornalística. Os textos dão conta da pressa e ansiedade com que se lia e discutia o longo livro: “Conforme o volume era absorvido, pipocaram reações de escândalo nas redações”⁵⁸; do intenso *ti-ti-ti* nas redações sobre quem aparecia no livro e como era retratado – conferir a epígrafe deste artigo; das especulações sobre brigas – com destaque para as judiciais – geradas ou retomadas pelo conteúdo do livro

⁵⁷ Zuenir Ventura. “A nossa vez”. O Globo, 27/11/1999, Segundo Caderno, p. 12.

⁵⁸ Otávio Frias Filho. “CPI da mídia”. Folha de S. Paulo, 2/12/1999, , p.1-2.

(para ficarmos com apenas dois exemplos: a atualização da discussão sobre a edição do debate entre Lula e Collor, e o editorial da *Gazeta Mercantil*, tratados anteriormente).

Como alerta para os jornalistas no presente e no futuro e como produtor de expiação coletiva, o livro é considerado benéfico para a comunidade jornalística. A própria amplitude do impacto é apontada como demonstração do interesse da categoria em purificar-se: "*Notícias do Planalto* vai causar um saudável mal-estar na nossa comunidade de informações – parecido com o que ocorreu em outras instituições quando começaram a mexer em suas feridas. E olha que no caso não é uma CPI, é apenas um livro."⁵⁹ Mesmo sendo apenas um livro, o furor que causou teve intensidade suficiente para constituir uma situação de crise à qual os jornalistas – e os próprios veículos de comunicação – tiveram que responder, rediscutindo os parâmetros e a amplitude de sua atuação dentro da sociedade brasileira. Mas houve, também, quem discordasse desta visão:

"Não li e não creio que venha a ler as 719 páginas do livro Notícias do Planalto - a imprensa e Fernando Collor, de Mario Sergio Conti. Li os comentários de muitos dos mais distintos colegas, publicados ao longo do fim de semana. Dou-me por satisfeito com eles. Não acredito que a leitura de tão substancial obra vá me ensinar alguma coisa de novo sobre as nossas relações com o poder" ⁶⁰

Talvez por *Notícias do Planalto* ter sido lançado durante o período de atuação da 'CPI do Narcotráfico', cujo trabalho teve bastante espaço na imprensa, algumas análises afirmam que teria o impacto de uma 'CPI da imprensa' – um exemplo é a epígrafe deste artigo. Esta visão se insere nas duas subdivisões, pois, como CPI, *Notícias do Planalto* causaria escândalo e mudanças tanto dentro das redações quanto na relação da sociedade brasileira com o jornalismo. Desta

⁵⁹ Zuenir Ventura, "A nossa vez", *O Globo*, 27/11/1999, Segundo Caderno, p. 12.

⁶⁰ Márcio Moreira Alves, "Imprensa e poder", *O Globo*, 30/11/1999, p. 4

forma, o livro é considerado uma obra de referência, que “precisa ser, logo, seguido por outros. Como tudo o que é feito pela primeira vez, ele acaba sendo um mapa para o que ainda existe por fazer”⁶¹; “um livro fundamental, mas não definitivo.”⁶²

2.5 – Generalizações a respeito da imprensa no passado e no presente

Não é demais esclarecer que, aqui, o *passado* corresponde ao jornalismo praticado durante a ascensão e queda de Fernando Collor (fim da década de 1980 e início da década seguinte), e o *presente*, ao jornalismo da época de lançamento de *Notícias do Planalto* (fim da década de 1990). Esta diferença corresponde a um número relativamente pequeno de anos, e os comentários dizem respeito, principalmente, às relações da imprensa com o poder – no passado, caracterizado por Fernando Collor; no presente, por Fernando Henrique Cardoso. Os comentários, desta forma, dizem respeito ao passado e ao presente, tentando identificar o que havia mudado e o que havia permanecido nas práticas do jornalismo brasileiro.

Um dos artigos⁶³ é notável pela dimensão que dá ao passado: trata das relações entre imprensa e poder desde a década de 1950. O maior destaque, porém, fica com as opiniões publicadas em *O Globo*, sob o título “O que mudou na imprensa nos últimos 10 anos?”⁶⁴. Responderam à pergunta – que indica a preocupação (necessidade?) de, após as revelações do livro, identificar mudanças no comportamento da imprensa – oito jornalistas que dirigiam alguns dos maiores órgãos de jornalismo brasileiros. As avaliações variaram, mas é possível traçar uma linha comum entre todas: o jornalismo estaria menos suscetível aos desejos e à influência do poder. As mais diversas modificações – de jornalistas e empresas *mais profissionais* ao declínio do poder do Estado sobre os veículos de comunicação, pas-

⁶¹ Marcos Coimbra, “A ruptura do pacto do silêncio”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/1999, p. 21.

⁶² Paulo Vasconcellos, “Nitroglicerina quase pura”, *Jornal do Brasil*, 27/11/1999.

⁶³ Luiz Garcia. “Os caçadores caçados”; *O Globo*, 27/11/1999, p. 10.

⁶⁴ *O Globo*, 27/11/1999, p. 12

sando até mesmo pela alegação de que, “diferentemente de Fernando Collor, o presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem honrado”⁶⁵ – são apontadas como contribuições para um jornalismo mais isento, crítico, enfim, *melhor*.

Numa linha parecida, diversos comentários dão conta de que, embora “estruturalmente nada tenha mudado”⁶⁶ - os veículos de comunicação, seus donos e os jornalistas que os chefiam permaneçam basicamente os mesmos – o caso Collor e o debate em torno de *Notícias do Planalto* serviram como um grande aprendizado, que impediria que certos erros – cometidos por ingenuidade, segundo alguns – fossem repetidos no presente e no futuro.

Entre os problemas que permanecem, um dos mais mencionados é a falta de atenção dos grandes veículos com relação ao interior do país. Segundo os críticos, a concentração de jornalistas no eixo Rio-São Paulo-Brasília leva ao pouco conhecimento e vigilância sobre o que acontece e outras regiões. Tal ‘desconhecimento’, apontado por alguns como causa fortuita do encantamento pela figura de Fernando Collor, permaneceria, ou até mesmo teria se agravado nos anos subseqüentes à sua queda. Para outros, é sinal de incompetência ou má-fé:

*O jornalismo brasileiro, com uma ou outra exceção isolada, ou não foi a Alagoas, ou não teve olhos para ver, ou viu, mas não quis contar o que viu com todas as cores. Em qualquer das três hipóteses, é uma falha imperdoável, que o livro expõe com a clareza que só o tempo transcorrido permite.*⁶⁷

Desta forma, “A dúvida, que só um futuro livro sobre o período subseqüente permitirá esclarecer, é se a lição foi aprendida ou as ‘Notícias do Planalto’ continuam sendo malservidas ao leitor.”⁶⁸

⁶⁵ Augusto Nunes, diretor de redação da revista *Época*. *O Globo*, 27/11/1999, p. 12.

⁶⁶ Conti, em entrevista a Fernando de Barros e Silva. “Collor se fez em função de jornalistas, não de patrões”, *Folha de S. Paulo*, 26/11/99, p. 4-6 e 4-7.

⁶⁷ Clóvis Rossi, “(Más) Notícias do Planalto”, *Folha de S. Paulo*, 08/12/1999, p. 1-2.

⁶⁸ Id. *Ibid*.

Outros comentaristas não ficaram em dúvida: “Nos tempos do Collorato, a massa de dinheiro e interesses que dominou as relações entre o poder e a sociedade, através da mídia, foi relativamente pequena, até mesmo insignificante”⁶⁹, se comparada ao que acontecia no presente. Para a então *ombudsman* da *Folha*,

*Um subproduto da expiação coletiva é a idéia, igualmente repetida nos últimos dias, de que a promiscuidade nas relações entre poder e imprensa seria coisa do passado, porque “FHC é diferente”. De fato é, mas isso não resolve o problema da manipulação e do favorecimento. As ligações da imprensa com o atual governo são muito mais sólidas do que as que foram estabelecidas com Collor.*⁷⁰

Para Mino Carta, com poucas exceções, “a mídia em bloco apoiou a candidatura Collor”⁷¹. Por isso, “Qualquer pretensão à inocência ou a uma atitude puramente jornalística pode soar como insulto à inteligência dos cidadãos comuns”⁷² – afinal de contas, “O jornalismo no Brasil sempre teve lado”⁷³. Os três artigos publicados em *Carta Capital* fazem coro ao afirmarem que a estratégia do livro – assim como a do debate acerca dele – é, ao não mencionar o comportamento de veículos como *IstoÉ* e concentrar a atenção em casos pontuais de corrupção, esconder o apoio maciço que a mídia ofereceu a Collor. A partir das reações ao livro – e justamente pela postura que denotam estas reações –, lamenta-se que pouco tenha mudado. Nas palavras de um dos críticos, “O sistema engalanou-se para um Auto da Fé onde alguns seriam sacrificados e o resto, devidamente regenerado, aceito no santo grêmio dos penitenciados.”⁷⁴

⁶⁹ Carlos Heitor Cony. “Lanterna na popa”, *Folha de S. Paulo*, 07/12/1999, p. 1-2.

⁷⁰ Renata Lo Prete. “Notícias da redação”, *Folha de S. Paulo*, 05/12/1999, p. 1-6.

⁷¹ “De Seattle ao Planalto”, *Carta Capital* 113, 22/12/1999.

⁷² “Collor e a mídia brasileira”, *Carta Capital* 113, 22/12/1999.

⁷³ *Id. ibid.*

⁷⁴ Alberto Dines. “A Imprensa como notícia (II)”, *Jornal do Brasil*, 04/12/1999.

Quaisquer que tenham sido ou sejam os problemas da imprensa brasileira, quer eles tenham sido superados ou não, o caminho de sua solução parece apontar para outro lugar: os Estados Unidos. O processo de *impeachment* de Collor, abastecido que foi por inúmeras denúncias por parte da imprensa, é caracterizado por um Otávio Frias Filho como “o nosso Watergate com quase 20 anos de atraso”.⁷⁵ Watergate, o marco por excelência do jornalista-como-herói nos Estados Unidos (Schudson, 1993), se tornou o referencial fundamental da explosão do jornalismo “cão de guarda” (*watchdog journalism*) na América do Sul nos anos noventa, de tal maneira que os escândalos políticos da região freqüentemente foram denominados com palavras que associavam ao tema do escândalo o sufixo *gate*: *Collorgate* no Brasil, *Sampergate* na Colômbia, *Swiftgate* e *Milkgate* na Argentina (Waisbord, 2000). No caso da afirmação de Frias Filho, chama a atenção a idéia de ‘atraso’ como definidora da distância que separa o jornalismo brasileiro do norte-americano ⁷⁶.

Os comentários a *Notícias do Planalto* definem constantemente o jornalismo norte-americano como um modelo para o brasileiro: na referência às obras que inspiraram o livro (*The Powers That Be* e *The Final Days*), no próprio currículo do autor – premiado em 1992 com o título de Editor do Ano pela World Press Review, considerado “o Oscar do jornalismo” como informa um comentarista ⁷⁷ – e pela esperança, manifestada por diversos analistas, de que *Notícias do Planalto* sinalize para uma nova era, em que a prática da *media criticism* como exercício de autodisciplina aponte na direção de um jornalismo mais responsável.

⁷⁵ Otávio Frias Filho. “CPI da mídia”. *Folha de S. Paulo*, 2/12/1999, p. 1-2.

⁷⁶ A mesma idéia é desenvolvida mais sistematicamente no livro *O adiantado da hora*, de Carlos Eduardo Lins da Silva, por sinal, um ex-funcionário graduado de Frias Filho na *Folha de S. Paulo*.

⁷⁷ Luís Costa Pinto. “Luz nos porões”. *Época*, 29/11/1999, p.. 150.

Conclusão

No decorrer deste artigo analisamos o debate que se estabeleceu em torno do lançamento do livro *Notícias do Planalto*, de Mario Sergio Conti como uma ocasião privilegiada para o estudo dos processos de construção da memória e negociação dos limites da autoridade jornalística no Brasil. Nosso *corpus* foi constituído de um conjunto expressivo de comentários sobre o livro (ou sobre a imprensa em geral, tendo como pretexto o lançamento do livro) publicados nos principais veículos impressos do jornalismo brasileiro e, em sua grande maioria, reproduzidos no *site* do *Observatório da Imprensa* (em alguns poucos casos, os comentários foram originalmente publicados pelo *Observatório*). Os comentários foram agrupados em cinco categorias analíticas, quatro delas referentes diretamente ao livro (ao seu conteúdo, ao seu autor, ao seu método e ao seu impacto sobre a comunidade jornalística) e a quinta relacionada às generalizações a respeito do comportamento da imprensa, no presente e no passado, feitas por ocasião do lançamento do livro.

Nossa análise indica padrões de definição e instrumentalização do passado em torno de questões que mobilizam os agentes da memória no presente. Tais questões remetem, em parte, a estratégias de convergência, em função das quais os jornalistas definem a sua inserção em uma comunidade interpretativa coesa, que se opõe a outras comunidades e intérpretes em geral. Observamos, a este respeito, a importância dispensada por diversos autores ao fato de *Notícias do Planalto* ter sido escrito por um jornalista e ter a forma de uma "grande reportagem", em vez de um ensaio de pretensões analíticas (o que daria à obra um indesejável ar "acadêmico"). Vimos, também, que a atenção dos comentaristas se concentrou particularmente em alguns episódios de má conduta narrados pelo livro, em especial a edição, pela Rede Globo, do debate entre Lula e Collor e os episódios de tentativa de suborno envolvendo Mário Alberto de Almeida. Longe de mero sensacionalismo, tal atitude permite aos jornalistas objetivar juízos morais e, ao mesmo tempo, lidar com os episódios como exce-

ções, antes que a regra do comportamento da imprensa no período. Finalmente, muitos dos comentários a *Notícias do Planalto* dão conta de uma trama de purgação e regeneração da imprensa.

De outra parte, encontramos também estratégias de confronto, que apontam para uma disputa pela autoridade interpretativa no interior da comunidade jornalística. Dois são os principais eixos que organizam a disputa: o alegado “olhar patronal” do livro, que responsabiliza os jornalistas, antes que os patrões, pelos erros da cobertura, e as disputas entre diferentes veículos com relação ao papel que cada um deles desempenhou na trama. Estas disputas opõem, de modo particular, veículos do *mainstream* entre si e, de modo mais geral, esses veículos a outros, tais como *IstoÉ* e *Carta Capital*, caracterizados por alguns comentaristas como veículos alternativos.

Para além das estratégias de convergência ou confronto, cabem algumas observações sobre o estatuto problemático da categoria ‘objetividade’ no jornalismo brasileiro. Embora, no plano individual, muitos jornalistas brasileiros manifestem reservas – quando não sarcasmo – quanto a ela, e a prática jornalística com muita frequência se afaste dos parâmetros ditados por ela, os comentários acerca de *Notícias do Planalto* indicam que a objetividade desempenha um importante papel no debate público sobre o jornalismo no país. A valorização da objetividade e do profissionalismo se manifesta na ênfase que é dada a métodos de apuração (ouvir os dois lados...) e no elogio ao texto descritivo, pouco adjetivado e não especulativo. Como regra geral, contudo, a objetividade é apresentada como um ausente, um ideal distante, talvez inalcançável, que tem nos Estados Unidos o seu *locus* privilegiado. Se a objetividade é tão presente na construção identitária dos jornalistas brasileiros, isto se dá antes para sublinhar a sua precariedade, que a sua solidez. Os comentários acerca de *Notícias do Planalto* dão conta, neste sentido, de um debate travado por um jornalismo que se mede pelo estrangeiro e que, por referência a ele, experimenta a si próprio como lacuna de sentido.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso de (2000). "Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação* n. 4, p. 23-57.
- BIRD, S. Elizabeth & DARDENNE, Robert W (1993). "Mito, registo e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias" in TRAQUINA, Nélson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p 263-277.
- CAMPBELL, Richard (1991). *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press.
- CAREY, James W. (1986) The Dark Continent of American Journalism. In MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. *Reading the News*. New York: Pantheon Books, p.146-196.
- CONTI, Mario Sergio (1999). *Notícias do Planalto – a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras.
- COOK, Timothy E. (1998) *Government with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press.
- DARNTON, Robert (1990). *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore L. (1998) *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press.
- FISH, Stanley (1980). *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretative Communities*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- FISHER, Louis (1989). Separation of Powers in America: Theory and Practice. In UTLEY, Robert L. (Ed.) *Principles of the Constitutional Order: The Ratification Debates*. Laham: University Press of America, p. 131-149.
- FISHMAN, Mark (1980). *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press.
- GANS, Herbert (1979). *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books.
- GILLIS, John R. (1996). Memory and identity: the history of a relationship. In: GILLIS, John R. (org.) *Commemorations*. Princeton: Princeton University Press.
- GITLIN, Todd (1980). *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HUYSEN, Andreas (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JOSÉ, Emiliano (1996). *Imprensa e poder: ligações perigosas*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Hucitec.

- LE GOFF, Jacques (1990). *História e memória*. São Paulo: Unicamp.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús (2000). Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de; REZENDE, Beatriz (orgs.). *Artelatina*. Rio de Janeiro: Aeroplano/MAM.
- NAMER, Gerard (1987). *Memoire et société*. Paris: Meridiens Klincksieck.
- NORA, Pierre (1993). Entre memória e história – a problemática dos lugares. *Projeto-história*, São Paulo, (10), dezembro, p.7-28. Trad. de Yara Aun Khoury.
- POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15.
- SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, Michael (1982). "The Politics of Narrative Form: the Emergence of News Conventions in Print and Television". *Daedalus* 111 (4), p. 97-112.
- SCHUDSON, Michael (1993). *Watergate in American Memory: How We Remember, Forget, and Reconstruct the Past*. New York: Basic Books, Paperback ed.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da (1991). *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus.
- SOLOSKI, John (1993). "O jornalismo e o profissionalismo: alguns estrangulamentos no trabalho jornalístico". In TRAQUINA, Nélson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, p. 91-100.
- TUCHMAN, Gaye (1978). *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press,.
- TUCHMAN, Gaye (1993). "A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas". In TRAQUINA, Nélson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, p. 61-73.
- WAISBORD, Silvio (1996). "Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no Caso Collorgate" in *Comunicação & Política* v. III, nº 2, maio-agosto, p. 94-111.
- WAISBORD, Silvio (2000). *Watchdog Journalism in South America: News, Accountability and Democracy*. New York: Columbia University Press.
- ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press.